

# Resenha

Ian Taylor  
China and Africa. Engagement and  
Compromise.  
Routledge, New York. 2006

Maio de 2011

Núcleo de Cooperação Técnica e Ciência e Tecnologia

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



# Resenha

Ian Taylor  
China and Africa. Engagement and  
Compromise.  
Routledge, New York. 2006



Maio de 2011

Núcleo de Cooperação Técnica e Ciência e Tecnologia

BRICS Policy Center / Centro de Estudos e Pesquisa BRICS



## China and Africa: Engagement and Compromise

Ian Taylor é professor do Departamento de Relações Internacionais da Universidade de St. Andrews e professor associado do Departamento de Ciências Políticas da Universidade de Stellenbosch, na África do Sul. Nesta obra ele analisa a cooperação entre a China e a África Meridional, dando atenção principalmente às parcerias políticas e econômicas construídas desde o período da Guerra Fria. Através de uma visão ocidental e de uma perspectiva liberal das relações sino-africanas, o autor tenta mostrar como a política anti-hegemônica chinesa foi capaz de moldar e estabelecer a direção seguida pela política externa de Pequim. Além disso, ele demonstra como fatos nacionais e internacionais influenciaram a natureza das relações bilaterais, principalmente os interesses chineses na África.

O livro contém onze capítulos, sendo os três primeiros introdutórios às transformações e aos fatos relevantes que influenciaram o desenrolar da política externa da China nas últimas décadas, como o fim da Guerra Fria e a Revolução Cultural. Os nove capítulos seguintes abordam as relações chinesas com países específicos da África Meridional, como a Angola, Moçambique, Zimbábue, África do Sul, Namíbia, Zâmbia, Botsuana, Lesoto, Suazilândia e Malawi. Por fim, uma breve conclusão é apresentada, reforçando o posicionamento do autor com relação às políticas chinesas de cooperação e de ajuda ao desenvolvimento na África Meridional.

Ele critica principalmente o esforço da China em sustentar sua imagem de potência alternativa, e cujo preço algumas vezes envolve a desconsideração às questões referentes ao respeito aos direitos humanos nos países africanos.

Para Taylor, a relação sino-africana, a despeito do recorrente posicionamento anti-hegemônico da China, pode ser dividida em dois períodos, um na guerra fria e outra na pós-Guerra Fria. Durante a guerra fria, a China demarcava interesses políticos com a África, que representava um espaço de disputa política entre China e URSS e China e o ocidente. Nesta época, foi observada uma grande concentração de investimentos em recursos militares, principalmente através de parcerias com movimentos de libertação e guerrilheiros. No pós-guerra fria, os interesses passaram a ser estritamente econômicos, com ênfase na provisão de matérias primas, expansão de empresas chinesas e mercado para seus produtos. Entretanto, nos dois períodos foram observados projetos na área de infra-estrutura (estradas, ferrovias, prédios, pontes, etc.), recursos naturais (em especial mineração), agricultura e indústria têxtil.

Em 1954, iniciou-se a política externa “terceiro-mundista” da China, que visava à aproximação com os países não alinhados. Princípios como convivência, não agressão, não interferência, igualdade e paz foram defendidos. Em 1955, aconteceu a Confe-

rência de Bandung, encontro que marcou o início das relações sino-africanas. Criou-se tratados de comércio com países do norte da África, principalmente com o Egito e a Argélia, visto que a África Meridional ainda era formada por uma maioria colonizada. Entretanto, foi possível firmar vínculos de apoio a movimentos anti-coloniais de alguns países do sul do continente africano, a fim de garantir minimamente alguma influência naquela região e agir contra as potências ocidentais como os EUA e países do oeste europeu.

No final dos anos 50, houve o início da política de não alinhamento. Mao Tse Tung estabeleceu a teoria das “Zonas Intermediárias”, relacionada à “Teoria das Contradições”, que vê o mundo a partir de suas contradições. Desta forma, essas zonas seriam três: entre os países capitalistas desenvolvidos, entre países subdesenvolvidos e recém independentes (terceiro mundo) e entre as duas grandes potências. A partir desta visão a China propunha uma alternativa às duas grandes potências, mostrando o caminho do não alinhamento.

A década de 60 teve como marco histórico o rompimento da China com a URSS após a Revolução Cultural, e o início do financiamento de grupos de libertação nacional com objetivo de garantir a influência chinesa e evitar o crescimento da presença soviética no continente. Muitas vezes os grupos patrocinados pela China agiam contra grupos soviéticos (como no Congo e na Tanzânia). Contudo, outras vezes a China chegou a patrocinar grupos rivais de um mesmo país africano, simplesmente para não dar espaço algum à ação soviética. Nem sem-

pre existia compatibilidade ideológica entre o comunismo chinês e os grupos de libertação financiados pela China; em alguns casos esta incompatibilidade acabou prejudicando as investidas chinesas. Apesar disto, é neste momento que o autor percebe o nascimento da disputa pela influência entre a China e a URSS na África Meridional.

Na década de 70, em razão de problemas domésticos, a URSS diminui sua presença na África; permitindo a continuação das políticas chinesas de investimentos, principalmente no âmbito da infra-estrutura. Um projeto importante foi a construção da ferrovia TanZan: projeto que foi recusado por potências europeias e pelos EUA, dando à China a oportunidade de se mostrar como potência alternativa. Um acordo internacional regulamentando a construção da ferrovia foi firmado em 1967. O objetivo desta obra era ligar a Tanzânia ao Zâmbia como parte do projeto de constituir uma “pan-África”. Para o autor, esta parceria aumentava ainda mais o poder de influência chinês na África e demonstrava domínio e estabilidade sobre política doméstica chinesa. Além disso, neste período as relações sino-africanas também contribuíram para a admissão da China na ONU, no lugar de Taiwan. O envolvimento nos conflitos africanos foi mantido através do patrocínio econômico, do envio de armamentos e de planos de treinamento de guerrilheiros africanos por grupos chineses, levando à difusão de algumas táticas maoístas de guerrilha.

Nesta mesma década, devido à consolidação do poder chinês na África, Pequim foi capaz de expandir sua política anti-hege-

mônica, por meio do estabelecimento de um plano de ação a ser exercido pelos países em desenvolvimento contra os países desenvolvidos. Para Taylor, através da “Teoria dos três Mundos” de Deng Xiaoping, a China foi capaz de justificar seu papel de liderança do terceiro mundo e suas ações de política externa, tornando possível que ela fosse vista como um país intermediário ao primeiro e terceiro mundos, ou seja, como um elo entre estes dois extremos. Desta forma, suas ações na África passaram a ter um enfoque mais econômico-desenvolvimentista. A estabilidade política passou a ser encarada como um facilitador do desenvolvimento econômico. Assim, o envolvimento com os conflitos africanos diminuiu bastante, e uma política de reconciliação, paz e desenvolvimento passaram a ser defendidos na África. A ONU passou a ser usada como um meio para se conseguir prestígio entre os países em desenvolvimento, assim como uma ferramenta útil contra as ações da URSS na África, que haviam sido retomadas e que mantinham relações com os conflitos neste continente. Iniciou-se a campanha chinesa em prol da autonomia dos Estados, e Pequim passou a defender que os problemas nacionais fossem solucionados por cada Estado, condenando medidas externas de intervenção.

Todavia, no início dos anos 80 ocorreu um relativo afastamento da África, pois a China estava envolvida com questões econômicas internas. A África, naquele momento, era palco dos movimentos de descolonização, o que a tornava extremamente instável para o desenvolvimento da econômica chinesa, já um pouco fragilizada pelas crises econômicas internacionais da década

anterior. Apesar disso, a partir de 1989, com o pós-Guerra Fria, a China retomou suas relações africanas. A partir da perspectiva política, ela continuou enfatizando o princípio da não intervenção e passou a denunciar a democracia e os direitos humanos como formas de intervencionismo ocidental. Para o autor, este aspecto demonstra o caráter dicotômico da política externa chinesa, que condena e vai contra valores e regras ocidentais a serem implantadas em seus parceiros do terceiro mundo, mas ao mesmo tempo disputa espaço em fóruns e instituições internacionais de grande caráter ocidental, como a Organização Mundial do Comércio.

Mais recentemente, no ano 2000, ocorreu o Fórum de Cooperação entre China e África, com ênfase nos interesses econômicos desses países, mecanismos mais justos de comércio internacional, provisão de matérias primas, mercado potencial para produtos chineses e espaço para expansão de empresas chinesas. Além disso, este fórum foi utilizado como ambiente de propaganda do modelo econômico socialista chinês.

Apesar das variações de algumas mudanças nas relações sino-africanas, percebe-se que os interesses chineses foram mantidos. Segundo o autor, podemos observar três idéias centrais do interesse econômico chinês na África: (1) crença chinesa de que o crescimento macroeconômico da África é favorável; (2) grande potencial dos produtos chineses na África; (3) África rica em recursos naturais como petróleo, metais, peixes, etc. Isto também pode ser observado através da análise das relações chinesas

específicas com cada país. Taylor também trabalha este aspecto em seu livro, possibilitando a elaboração de algumas conclusões gerais.

Sobre os capítulos que abordam as relações bilaterais sino-africanas, nota-se o envolvimento da China nas guerras civis africanas, financiando grupos guerrilheiros de libertação nacional como: Frente Nacional de Libertação da Angola (FNLA) e a União para a Independência Total da Angola (UNITA); Frente de Libertação de Moçambique (FRELIMO); União Nacional Africana do Zimbábue (ZANU) e União Nacional da África do Sudoeste (SWANU) da Namíbia. Esta tendência transpassa esses países, marcando-os como territórios de disputa entre China e URSS até o final da Guerra-Fria.

Os investimentos das empresas chinesas nos últimos anos foram enormes, principalmente em infra-estrutura energética e física, produtos primários e alimentos (como pesca). Com relação às parcerias econômicas e de cooperação técnica, o Zimbábue e o Zâmbia foram os países que mantiveram relações mais estreitas e de maior dependência com a China. Por exemplo, em 1985, o Zimbábue criou uma Comissão para comércio e acordos econômicos técnicos entre China e Zimbábue. Em resposta a esse comprometimento, Pequim cedeu um empréstimo de 25 milhões de dólares ao Zimbábue, o que permitiu o financiamento de diversos projetos do plano de cinco anos do governo de Harare. Já sobre os investimentos no Zâmbia, o autor cita a Fábrica de tecidos Mulungushi, maior fábrica de tecidos do Zâmbia, que foi construída pela China nos

anos 80 e que ainda é extremamente relevante para a indústria têxtil local; além das parcerias na extração de cobre. Moçambique também foi um dos principais receptores de investimento chinês, o comércio bilateral em 2004 chegou a 120 milhões de dólares. Já África do Sul manteve relações de constante tensões políticas, relacionadas com os diferentes grupos opositores do apartheid, principalmente devido as relações de alguns desses grupos com a URSS.

A noção de uma política externa chinesa dicotômica é central para o argumento de Ian Taylor. Ela, ao mesmo tempo em que condena princípios liberais como os direitos humanos capazes de justificar uma intervenção externa na política nacional, age contra o “primeiro mundo” com políticas no “terceiro mundo” bastante semelhante às das grandes potências, isto é, através de investimentos e projetos de ajuda ao desenvolvimento. Através de teorias terceiro-mundistas e do desenvolvimento de estratégias de aproximação aos países em desenvolvimento, a China, na opinião do autor, foi capaz de maquiar este duplo caráter de sua política externa e, então, se mostrar como um elo entre as potências econômicas mundiais e os países emergentes. O preocupante para o autor, contudo, é o preço a ser pago futuramente por muitos dos países africanos que aderiram à alternativa oriental e que deixaram de lado o respeito a princípios liberais básicos. No caso específico do XXX o autor aponta para o risco da como abriram abruptamente suas economias nacionais que são regularmente invadidas por produtos da indústria chinesa.

## Notas

<sup>1</sup>“Chinese people believe that China, which has the world’s largest population, a glorious history and distinguished civilization, deserves an enhanced, respectable place in the community of nations” (WANG apud TAYLOR)